



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO N° /2013
(do Sr. AMAURI TEIXEIRA)

Requer a realização de audiência pública para debater a proposta de Emenda a Constituição 207-A/2012 - Defensoria Pública da União e do DF.

Senhor Presidente,

Nos termos do Art. 255 do Regimento Interno, requero a Vossa Excelência, que seja submetida ao plenário desta comissão a proposta de realização de audiência pública em data a ser agendado, com o objetivo de debater a PEC 207/2012. Como a presença dos seguintes convidados

- Jose Eduardo Cardoso – Ministro da Justiça
- André Luis Machado de Castro - Associação Nacional Dos Defensores Públicos – ANADEP
- Haman Tabosa de Moraes e Córdova - Defensor Público-Geral Federal
- Michel Temer – Vice - Presidente da Republica
- Henrique Eduardo Alves – Presidente da Câmara dos Deputados
- Wasny de Roure – Deputado Distrital.
- Valdir José de Castro – Pastoral da Terra.
- Dr. Ibaneis Rocha - Presidente da Ordem dos Advogados Seccional Distrito Federal.
- Vinicius Furtado Coêlho - Presidente da Ordem dos Advogados
- Gabriel – Presidente da ANADEF

Justificativa

A principal atuação da Defensoria da União na esfera judicial dá-se perante a Justiça Federal, por meio da defesa dos direitos dos cidadãos em ações que envolvem previdência social, saúde, assistência social, habitação, liberdade, integridade física, entre outros temas. Todavia, pelo exíguo contingente de Defensores da União, a DPU está presente em apenas 58 das 264 localidades que sediam órgãos judiciais federais.

Ter uma defensoria pública é importante, no entanto é necessário fortalecer a DPU, dar instrumento que faça funcionar, atender bem os cidadãos mais carentes. O problema é tão grave que o Ministério Público Federal já interpôs várias ações civis públicas para obrigar a União a implantar o atendimento da DPU pelo menos onde existam varas da Justiça Federal. Tramitam atualmente cerca de 64 (sessenta e quatro) dessas ações, algumas com deferimento de liminar. A falta de Defensores da União em quantidade adequada impede o pleno cumprimento das decisões judiciais nesses casos, acarretando a cobrança de multas e a ameaça de prisão de agentes públicos por desobediência.

Os Debatedores acima elencados são atores importantes nessa contenda, vivem a realidade diária, e podem contribuir no debate da PEC 207/2012, nosso papel como legislador é ouvir os setores da sociedade e ajudar o nobre relator no seu trabalho.

Sala das Comissões, em de fevereiro de 2013.

AMAURI TEIXEIRA
Deputado Federal (PT-BA)